



A REGIÃO METROPOLITANA E A ÁREA CENTRAL DA
CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 90: ESTAGNAÇÃO OU ADAPTAÇÃO?

Claudio Roberto Amitrano

A REGIÃO METROPOLITANA E A ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 90: ESTAGNAÇÃO OU ADAPTAÇÃO?

Claudio Roberto Amitrano*

Este artigo está dividido em quatro partes, além de uma conclusão. Na primeira seção, será apresentado o debate sobre concentração regional. Na seção seguinte, será empreendida uma avaliação dos principais movimentos da economia brasileira durante a década de 90. Na terceira parte, desenvolve-se uma análise acerca das principais transformações da economia da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Por fim, procura-se articular as transformações na RMSP com a dinâmica da atividade econômica da área central da cidade.

1. CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO EM SÃO PAULO: UM DEBATE INCONCLUSO E RESTRITO

No período entre 1930 e 1970, a industrialização brasileira representou um movimento de integração do mercado interno carreada por São Paulo e cuja principal implicação foi uma concentração das atividades industriais neste Estado, sobretudo em sua área metropolitana. No entanto, a partir de meados dos anos 70 até meados da década seguinte, o que se pôde observar foi uma tendência à diminuição da participação de São Paulo no PIB nacional e no Valor Adicionado (VA) da produção industrial brasileira.

* Doutorando em economia pelo IE-Unicamp e pesquisador do Cebrap.

Este fenômeno, que foi inicialmente identificado como um processo de “reversão da polarização” da RMSP foi objeto de intenso e inconcluso debate. A complexidade deste processo ganhou novos contornos sem, porém, tornarem-se mais nítidos, na medida em que a acentuação da crise econômica até o final da década de 80 e o novo contexto político e econômico do início dos anos 90 inibiram ou, pelo menos, diminuíram a intensidade com que a queda da participação de São Paulo na indústria nacional se dava.

É importante notar que o fenômeno discutido e o debate que o seguiu referiram-se, em maior grau, à indústria de transformação, ainda que considerações acerca da expansão da fronteira agrícola e do dinamismo da indústria extrativa sempre tenham sido levados em consideração. Contudo, os ramos de serviços e comércio sempre tiveram pouco destaque.

Como se afirmou anteriormente, a percepção de que a parcela do PIB relativa ao Estado havia diminuído na segunda metade da década de 70 levou alguns autores a identificar um movimento de reversão da polarização que São Paulo exercia sobre o restante da economia nacional. O argumento central desta tese era que o crescimento urbano desordenado da RMSP havia dado origem a um conjunto de fatores impeditivos ao bom desempenho das atividades econômicas. Isto significava dizer que a localização em São Paulo implicava maiores custos imobiliários e de transporte, uma ação sindical mais firme (portanto, salários mais elevados) e um gasto de tempo em deslocamento superior ao de outras cidades. Paralelamente a este aumento das deseconomias de aglomeração teria se desenvolvido em outras municipalidades condições urbanas adequadas à localização dos empreendimentos industriais. Portanto, a mudança relativa entre deseconomias versus economias de aglomeração a favor de outros territórios teria acarretado uma fuga da indústria da RMSP.

Esta abordagem, apesar do mérito de trazer para o debate sobre desenvolvimento regional a possibilidade teórica da desconcentração regional, representava a transposição para o caso brasileiro de mecanismos causais, afeitos a processos de desconcentração industrial de antigas regiões industrializadas de países desenvolvidos, (cf. Negri, 1996 e Pacheco, 1998).

Numa primeira tentativa de reflexão crítica sobre esta tese, Azzoni (1986) argumenta que, em vez de uma reversão da polarização, o que de fato estaria ocorrendo seria um espraiamento da indústria de transformação em direção ao interior próximo à metrópole, ou seja, para o campo aglomerativo de mais ou menos 150 km de raio em torno da RMSP. O curioso da estrutura argumentativa de Azzoni, como bem observado por Pacheco (1998) e Tinoco (2001), é que ela se baseia no mesmo conjunto de elementos da abordagem da polarização reversa. É justamente a combinação de deseconomias e novas economias de aglomeração que possibilita o surgimento do chamado campo aglomerativo.¹

Mesmo que esta perspectiva de análise tenha ampliado o alcance do binômio economias/deseconomias de aglomeração, é importante notar que, a partir dela, não é possível compreender o movimento da indústria para além do campo aglomerativo, como de fato ocorreu. Mais do que isso, não é possível compreender nem o surgimento de economias de urbanização em outras cidades, tampouco o papel que desempenhou o padrão de gastos públicos neste processo. Ademais, os impactos do ciclo econômico recente sobre a dinâmica regional (voltaremos a este ponto mais adiante) deixam de ser percebidos.

A dificuldade, a partir deste quadro metodológico, de se alcançar uma compreensão mais ampla do processo em curso conduziu uma série de especialistas à busca de um conjunto mais abrangente e complexo de variáveis explicativas para a dinâmica do desenvolvimento regional. Grande parte da literatura crítica às abordagens baseadas em economias e deseconomias de aglomeração procura

1. As vantagens em aglomerar-se podem ser divididas em economias de escala (internas à firma, do tipo custos decrescentes), de localização (internas ao setor, do tipo externalidades) e de urbanização. Estas últimas dizem respeito ao fato de que "...a localização em um grande centro facilitaria contatos, trocas de experiências, conhecimento de novas técnicas de produção, novos produtos etc." (Azzoni, *apud* Pacheco, 1998). Para Azzoni, as economias de urbanização não estão relacionadas apenas à cidade, mas também a um certo conjunto de cidades, onde a troca de conhecimento e de informações é possível a custos relativamente desprezíveis. Deste modo, se com o tempo aumentaram os custos de aglomerar-se em São Paulo também aumentaram as vantagens de localizar-se próximo à cidade. Seria esta articulação entre vantagens e desvantagens que teria propiciado a interiorização da indústria paulista, ou em outras palavras, "uma fuga para dentro" do campo aglomerativo.

identificar seja o fenômeno da desconcentração relativa entre 1975 e 1985, seja a possibilidade de uma reconcentração em um espaço geográfico mais amplo a partir do final da década de 80, como processos históricos que resultam da articulação de três tipos de variáveis: de estrutura, de intervenção governamental e de processos de decisão locacional dos agentes. No entanto, a maneira pela qual estas variáveis interagem e as magnitudes de suas intensidades diferem de autor para autor. Além disso, também não parece existir um método que dê coerência à articulação entre variáveis de estrutura e ação, no sentido sociológico deste dilema.

Não obstante a existência destas dificuldades metodológicas, há um conjunto de elementos que, postos a trabalhar em simultaneidade, conferem maior inteligibilidade à maneira pela qual a trajetória dos diversos espaços econômicos regionais se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Autores como Wilson Cano, Clélio Campolina Diniz, Barjas Negri e Carlos Américo Pacheco, dentre outros, a despeito de suas divergências, gradações, ênfases em questões específicas e conclusões, podem ser percebidos como pertencentes a um mesmo campo de diálogo no qual a interação de certos fatores determinou a dinâmica regional brasileira no período recente. Estes fatores podem ser identificados como: 1) a integração do mercado nacional; 2) a distribuição espacial e o efetivo acesso às fontes de recursos naturais; 3) os diferentes impactos regionais dos períodos de recessão e de expansão; 4) os distintos efeitos regionais da orientação exportadora dos anos 80; 5) as políticas setoriais e regionais de desenvolvimento cuja expressão final foi o II PND; 6) o resultado líquido das deseconomias e economias de aglomeração como fator de decisão locacional dos agentes.

Os quatro primeiros fatores podem ser considerados como variáveis estruturais ou que dizem respeito aos efeitos das políticas macroeconômicas internas ou do momento do ciclo da economia internacional sobre a estrutura² econômica doméstica. Os dois últimos versam sobre os padrões de intervenção pública e os parâmetros de decisão locacional dos agentes.

2. A estrutura é entendida aqui como uma variável de resultado, porém que influencia, num ponto isolado do tempo, o comportamento dos agentes e o resultado presente e futuro dos processos econômicos. Neste caso a estrutura é representada pela composição setorial e regional da oferta e da demanda final de bens e serviços.

As conclusões a que chegam os diversos autores acima citados são bastante divergentes, evidentemente. No que tange ao período que se inicia na década de 90, enquanto Diniz afirma a existência de uma desconcentração concentrada na macro-região que abrange desde o centro de Minas Gerais até o nordeste do Rio Grande do Sul, passando pelo interior do Estado de São Paulo (denominado de desenvolvimento poligonal, cujos vértices são Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis e Belo Horizonte, novamente), Pacheco nega a ocorrência de tal processo, indicando a existência de múltiplas tendências condicionadas pela capacidade de cada região ou sub-espaço nacional de responder aos efeitos da globalização e do aumento da competitividade³. Para este autor há desconcentração e *“ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos”* (Pacheco, 1998, p. 226). A existência de uma relativa perda de participação da RMSP parece alcançar um certo consenso na literatura⁴. No entanto, a forma pela qual ela se manifesta é motivo de profundas divergências.

2. A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

A década de 90 foi marcada por profundas transformações na sociedade brasileira, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico. No que diz respeito a este último, dois fatos merecem destaque.

O primeiro refere-se àquilo que se pode chamar de transição macroeconômica, marcada sobretudo pela ruptura com o regime de alta inflação a partir de meados de 1994, mas também por mudanças na composição do balanço de pagamentos brasileiro. Estes dois fenômenos que estão mutuamente determinados⁵ fazem parte do conjunto de parâmetros macroeconômicos relevantes no

3. Ver a este respeito Diniz (2001).

4. Para uma visão contrária a isto ver Tinoco (2001).

5. Ver a este respeito Batista Jr. (1996).

processo de decisão dos agentes. Tanto no âmbito nacional como no regional, as variáveis concernentes à inflação, câmbio, juros e suas conseqüentes implicações nas transações correntes e no movimento compensatório da conta de capitais serviram de referência seja à decisão de produção, seja à decisão de investimento. Como preços-chave da economia, as mudanças relativas que estas variáveis sofreram alteraram as condições de rentabilidade dos diversos ativos (monetários, financeiros e reais) de forma distinta nos diversos momentos da vida econômica brasileira ao longo da última década.

O segundo fato relevante, do ponto de vista econômico, diz respeito à mudança nos mecanismos de regulação da concorrência no mercado de bens e serviços. Tais ações, como a permissão ao acesso de capitais estrangeiros em áreas dantes não permitidas, tanto da indústria como dos serviços, alteraram a posição competitiva das empresas no mercado brasileiro. Ademais, a consolidação de instituições reguladoras do processo concorrencial exigiu daqueles que aqui se encontravam, e também dos novos entrantes, adaptações nos diversos mecanismos de competição. A rede institucional que circunscreve o mercado de bens e serviços também assume o papel de balizador ou parâmetro da tomada de decisão. Transformações em sua estrutura e orientação requerem, por vezes, novos padrões de comportamento em virtude das mutações do ambiente no qual as empresas se movem.

Os dois fatos acima descritos (mudanças no cenário macroeconômico e alterações no marco regulatório da concorrência) compõem o quadro mais geral da economia brasileira na última década; representam as condições de incerteza macro e microeconômica sob as quais os diversos agentes tiveram que operar. Dependendo do momento, a combinação destes dois tipos de incerteza expôs e exigiu de empresas, trabalhadores, consumidores, instituições reguladoras e governo ações distintas.

Associadas a este quadro geral, as políticas implementadas pelos governos sub-nacionais (como políticas de incentivo fiscal), a evolução das condições urbanas e a dinâmica imobiliária, assim como o surgimento e a consolidação de externalidades promovidas pelos tecidos urbanos, específicos aos distintos ramos da atividade econômica, condicionaram o maior ou menor dinamismo das regiões. A trajetória da economia da RMSP somente pode ser compreendida a partir deste conjunto de elementos.

3. A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA DA RMSP

Como se afirmou anteriormente, o debate acerca da existência de um processo de desconcentração relativa das atividades econômicas em São Paulo ainda se encontra inconcluso. Mais do que isso, uma análise prospectiva sobre o desenvolvimento desta região vis-à-vis às demais do país torna-se mais complexa à medida que os segmentos mais dinâmicos, isto é, aqueles relacionados aos setores industriais fortemente dependentes de conhecimento e os serviços a eles associados, estão marcadamente relacionados às chamadas economias de urbanização. Apesar destas dificuldades é possível traçar um quadro sobre o desempenho e as mudanças na composição de variáveis-chave da economia da região, procurando evidenciar elementos que apontem, de um lado, as potencialidades de geração de emprego e renda e, de outro, possíveis cenários para a trajetória das atividades econômicas.

3.1 - O Estado de São Paulo em relação à economia brasileira

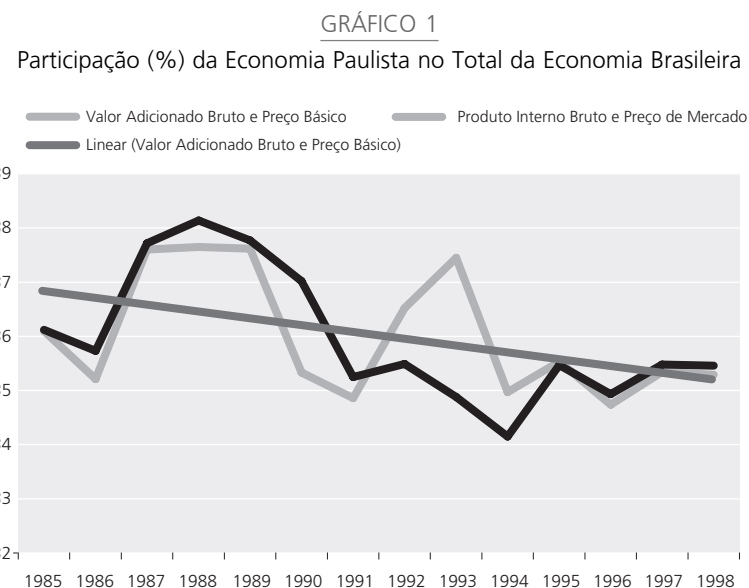
A primeira informação que cabe perquirir é aquela concernente à participação do Estado de São Paulo e, mais precisamente, de sua área metropolitana no total do VA do país.

Os dados divulgados pelo IBGE, assim como pela Fundação SEADE, parecem apontar para uma relativa estagnação ou mesmo um ligeiro declínio, na participação do Estado de São Paulo no total da economia brasileira. Entre 1985 e 1999, a parcela tanto do VA como do PIB referente ao Estado reduziu-se, passando de pouco mais de 36% para cerca de 35%. Esta pequena redução não ocorreu de forma linear. Na verdade, parece refletir o movimento do pêndulo do sistema de preços a favor ou contra São Paulo de acordo com a conjuntura.

Como observam Amadeo e Camargo (2000), as margens de lucro da indústria paulista cresceram sistematicamente entre 1976 e 1989. Da mesma forma os salários reais dos trabalhadores industriais aumentaram acima de sua produtividade. Estas informações permitem concluir que, durante a década

de 1980, o processo inflacionário jogava a favor de São Paulo afetando positivamente sua participação no VA e no PIB nacionais. A hipótese central aqui é que a capacidade de fixação de preços das empresas e de negociação salarial por parte dos trabalhadores paulistanos era superior a dos demais Estados da federação.

Ainda que as informações dos autores supracitados sejam referentes à indústria, é razoável supor que os demais ramos de atividades de São Paulo também tivessem maior capacidade de corrigir preços e salários vis-à-vis seus respectivos congêneres no restante do país. O sistema de preços se coloca como mais importante na evolução do VA em momentos de baixo crescimento, sobretudo naqueles em que o investimento como proporção do PIB encontra-se deprimido. Isto porque as alterações na composição da renda agregada não podem advir da criação de nova capacidade produtiva, uma vez que esta se encontra estagnada.



Fonte: Fundação Seade.

O início dos anos 90 foi excessivamente rigoroso com o Estado, promovendo uma diminuição de sua parte no todo da renda gerada. Neste caso, contou tanto o sistema de preços, como o impacto da política econômica sobre o nível de atividade. A elevada concentração da atividade econômica em São Paulo faz com que a velocidade e a profundidade do impacto sejam maiores que nos demais Estados. Cabe mencionar também que a redução das alíquotas de importação, assim como uma reação defasada da valorização cambial entre 1988 e 1990, podem ter tido algum impacto na queda da participação da economia paulista neste momento.

A tendência, entre 1990 e 1994, foi de queda da participação do PIB paulista, porém de manutenção do VA do Estado no total do país. Dois movimentos chamam a atenção neste caso. O primeiro se refere à elevação da parcela apropriada por São Paulo entre 1991 e 1992; fato que pode ser resultado da desvalorização cambial do período. O segundo diz respeito ao aumento da participação do Estado em ambas variáveis entre 1994 e 1995 e sua posterior estagnação até 1999. Neste caso, os efeitos do crescimento, impulsionado pela estabilização dos preços em 94, podem ter surtido efeito mais rápido e mais intenso em SP do que no resto do país.

3.2 - A região metropolitana de São Paulo e a capital

3.2.1 - Trajetória e mudança na estrutura do valor agregado da região

A relativa estagnação do Estado no contexto da economia nacional foi marcada por uma perda de participação relativa de sua área metropolitana, tanto em termos de PIB como de VA fiscal. Este fenômeno se verifica desde os anos 70, tem continuidade na década seguinte e se mantém nos anos 90.

Enquanto a RMSP deixa de apropriar-se de cerca de 65% do PIB estadual em 1970 para perfazer aproximadamente 54% em 1996, as regiões de São José dos Campos, Campinas e Sorocaba aumentam significativamente sua participação no mesmo período. Aqui se percebe não somente o fenômeno da interiorização da indústria, mas também o desenvolvimento urbano destas regiões. Como

se afirmou anteriormente, a expansão do interior do Estado ocorreu para além do chamado campo aglomerativo definido por Azzoni.

Quando se observam os dados de VA fiscal apenas para a década de 90, percebe-se que não há qualquer inversão de tendência, apenas uma diminuição do ritmo em que este movimento vinha ocorrendo. Entre 1993 e 1999, o peso da RMSP no total do VA fiscal diminuiu de 54,5% para 48,4%. Em trajetória oposta, as regiões de Sorocaba, Campinas e São José dos Campos elevaram sua importância na estrutura do VA de 4,2%, 17,6% e 5,9% para 5,0%, 19,2% e 8,7%, respectivamente. Neste caso cabe destacar a região de São José dos Campos cuja participação aumentou quase 50%.

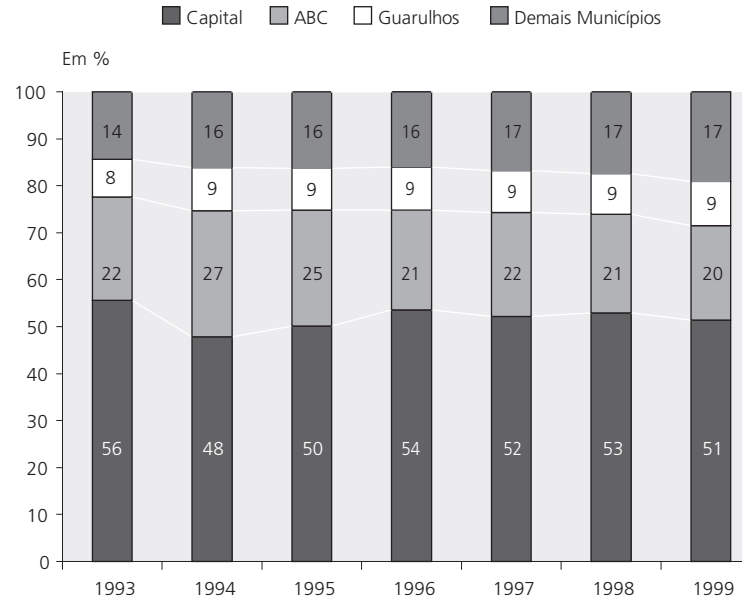
Dois tendências apresentam-se de forma marcante no que diz respeito à dinâmica econômica da RMSP. A primeira é que seu relativo encolhimento no Estado deve-se à perda de vigor da economia da capital. Dentro da área metropolitana é nítido o movimento de intensificação das atividades produtivas para municípios que, historicamente, não faziam parte do eixo motor da região. A segunda está relacionada ao menor dinamismo da indústria de transformação comparativamente ao setor de serviços.

No primeiro caso, é interessante notar que a taxa de crescimento do PIB da capital, entre 1990 e 1996, é inferior à média do Estado, da RMSP e, até mesmo, das demais regiões administrativas. Porém, durante a década de 90 não ocorreu uma diminuição absoluta do PIB real da capital, da região do ABC ou tampouco da RMSP, fato que parece contradizer as teses mais pessimistas sobre o esvaziamento da região. São as diferenças nas taxas de crescimento entre os diversos municípios que têm alterado o perfil econômico da área metropolitana.

Segundo dados da Secretaria de Fazenda do Estado, a capital perdeu entre 1993 e 1999 cerca de 0,83 pontos percentuais por ano de sua participação no VA fiscal da RMSP, passando de 56% do total para 51% (ver gráfico 2). A região do ABC também apresentou uma pequena perda de participação, deixando de contribuir com 22% do VA fiscal em 1993 para perfazer 20% em 1999. Neste último caso parece que esta pequena queda se deve em larga medida ao ajuste produtivo realizado pela indústria automobilística da região. O município de Guarulhos, assim como as demais cidades da área metropolitana, em movimento contrário, aumentaram sua participação no VA fiscal da região.

GRÁFICO 2

Participação de municípios selecionados no valor adicionado fiscal total da RMSP



Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo; Fundação Seade

A segunda tendência descrita anteriormente, isto é, o aumento da participação do setor de serviços, parece ser o resultado da combinação de três elementos: o processo de reestruturação produtiva da indústria; a mudança de preços relativos a favor dos serviços após 1994; e o surgimento de novos empreendimentos na área de serviços, sobretudo com a desregulamentação de algumas atividades, a permissão de ingresso do capital estrangeiro e o processo de privatização de serviços públicos.

O desempenho da economia metropolitana, sobretudo o da capital, precisa ser compreendido à luz das alterações no quadro macroeconômico e das mudanças no marco de regulação da concorrência

no mercado de bens e serviços. Isto porque estas duas transições alteram o grau de confiança quanto ao futuro. No plano macroeconômico a passagem de um ambiente com inflação elevada e em aceleração para um cenário de relativa estabilidade de preços domésticos viabilizam o cálculo econômico, minimizando a incerteza quanto ao retorno dos investimentos. Do ponto de vista microeconômico, a queda das barreiras tarifárias e a diminuição das restrições ao capital estrangeiro, associados à valorização cambial, alteraram a posição competitiva das empresas.

No que se refere à indústria, tal fato significou um aumento da incerteza quanto ao *market share* das empresas instaladas no Brasil pré-abertura. No que tange aos segmentos de comércio e de serviços representou, de um lado, o deslocamento de mão-de-obra e capital da indústria para estes ramos e, de outro, a entrada de novas empresas de capital estrangeiro, sobretudo no sistema financeiro, nos serviços públicos privatizados e nos serviços às empresas em geral.

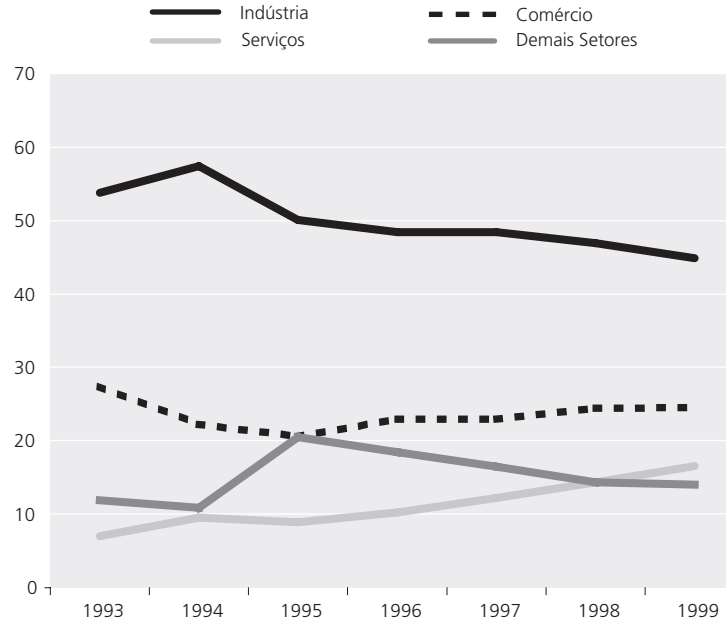
A convergência dos preços industriais domésticos aos da concorrência internacional associada à forte pressão competitiva foram extremamente deletérias para a indústria, em especial na RMSP, onde sua participação no VA fiscal caiu de forma significativa. De acordo com dados da Secretaria de Fazenda do Estado esta parcela foi reduzida em quase 10 pontos percentuais entre 1993 e 1999 (ver gráfico 3).

Os setores de comércio e de serviços apresentaram tendências opostas, aumentando sua parte no VA fiscal. Apesar de qualquer movimento em direção ao surgimento da chamada metrópole terciária (Méier *et al.*, 1997) o crescimento destes ramos reflete, principalmente após 1994, a mudança de preços relativos promovida pela estabilização monetária, em favor das atividades comerciais e de serviços. A análise da economia pós-estabilização, em qualquer recorte, não pode negligenciar estas alterações.

Na cidade de São Paulo, o crescimento da participação do setor de serviços também se verifica de forma intensa, ainda que a participação do município no VA dos ramos que o compõem não tenha se alterado significativamente. Estas atividades têm aumentado sua importância em praticamente todos os municípios da região. Este fenômeno parece ser o reflexo de uma combinação de fatores. Decorre do processo de reestruturação produtiva da indústria, que, na busca de maior competitividade,

GRÁFICO 3

Participação dos grandes setores de atividade no valor adicionado fiscal total da RMSP



Fonte: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo; Fundação Seade

suprimiu as atividades não relacionadas ao *core business*. A contrapartida imediata foi o surgimento de novas empresas, principalmente de serviços e, portanto, o deslocamento do valor agregado da indústria para este setor.

A abertura da economia ao capital externo, associada ao amplo processo de privatização, fez emergir um conjunto de novas atividades de serviços às empresas, como consultorias, empresas de pesquisa e marketing, desenvolvimento de softwares e informática entre outras, direcionando uma

quantidade significativa de capital para estes segmentos. Ademais, deve-se ter em conta o aumento da concentração do sistema financeiro na capital, fato que também contribuiu para o aumento da participação do setor de serviços no VA.

A despeito da perda de participação da capital no PIB e no VA da RMSP, a cidade de São Paulo exerce um papel extraordinário na estrutura econômica da região. Em quase todos os grandes setores contribui com mais de 50% da renda total gerada.

Na indústria, a capital participou com mais de 40% do VA (ver tabela 1). Entre 1993 e 1999, sua contribuição apresentou uma pequena redução, porém a diminuição ocorreu a taxas decrescentes. Esta modesta perda de participação revela a renitência da capital e a capacidade que o município possui de criar novas economias de urbanização, ao mesmo tempo em que seu gigantismo acarreta deseconomias.

Argumento semelhante talvez possa ser direcionado à região do ABC. Em meados da década, alguns dos participantes do debate sobre a reestruturação produtiva em curso no país apontavam esta região como candidata eminente à desindustrialização. No entanto, o vigor das empresas ali instaladas e o conjunto de iniciativas pioneiras de desenvolvimento local compartilhado entre empresários, trabalhadores, governos municipais e ONGs não só foi capaz de impedir uma expulsão generalizada de empresas, como também foi capaz de articular novas estratégias de inserção produtiva, criando expectativas relativamente favoráveis à região. Como se pode verificar, a contribuição do ABC para o VA industrial da RMSP não diminuiu durante o período. Comparando os anos extremos houve uma certa estabilidade, enquanto os anos intermediários foram marcados por pequenas flutuações. A cidade de Guarulhos e os demais municípios da região aumentaram sua participação no VA industrial, apropriando-se praticamente de toda a parcela perdida pela capital.

No setor de serviços, o município de São Paulo manteve sua hegemonia na geração de valor agregado, tendo inclusive aumentado sua participação de 63% para 65% (ver tabela 1). Este crescimento do peso da capital ocorreu em detrimento dos municípios da região do ABC e de Guarulhos. As cidades restantes (30) beneficiaram-se em conjunto, ampliando seu peso na renda gerada de 12,5% para aproximadamente 14,2%.

TABELA 1

Participação dos municípios selecionados no total do VA fiscal da RMSP, por setores de atividade

Municípios	1993	1994	1995	1996	1997	Em porcentagem	
						1998	1999
Indústria							
Capital	44,98	42,19	42,31	44,13	41,58	41,93	40,64
ABC ¹	27,59	32,07	31,36	28,96	31,29	29,11	28,16
Guarulhos	9,44	8,52	9,49	9,94	9,76	9,41	9,96
Demais Municípios	18,00	17,23	16,85	16,97	17,37	19,54	21,24
Serviços							
Capital	63,08	47,40	70,08	68,81	65,02	65,38	64,93
ABC ¹	15,02	30,76	12,78	12,13	13,39	13,09	12,43
Guarulhos	9,31	8,57	7,54	7,65	9,18	8,51	8,46
Demais Municípios	12,59	13,27	9,60	11,41	12,42	13,03	14,18
Comércio							
Capital	80,58	64,44	60,91	67,93	69,90	68,48	65,30
ABC ¹	7,21	12,00	13,01	8,84	7,49	9,70	9,94
Guarulhos	4,39	9,56	8,79	7,23	6,80	6,62	7,56
Demais Municípios	7,81	14,00	17,29	15,99	15,80	15,21	17,20

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundação SEADE.

1. Compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Os segmentos associados às atividades de comércio foram aqueles que apresentaram movimentos mais intensos e, por isso, mais nítidos. Neste caso, a cidade de São Paulo teve perdas significativas. Sua participação no VA fiscal da RMSP caiu cerca de 15 pontos percentuais, passando de 80,6% para 65,3% (ver tabela 1). A região do ABC, o município de Guarulhos e as demais cidades da região aumentaram todos sua parcela na composição da renda gerada.

Contrariamente ao que se poderia esperar, é no comércio que se percebe a maior alteração na estrutura de geração e apropriação de VA da RMSP. Aqui se faz notar com toda a força o aumento

da participação dos municípios que não compuseram historicamente o eixo dinâmico da região em detrimento da capital.

3.2.2 - O mercado de trabalho como proxy da atividade econômica

As transformações ocorridas na economia da RMSP também podem ser analisadas a partir da evolução da estrutura de ocupações no mercado de trabalho. Para este fim, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são bastante ilustrativos, ainda que captem apenas o emprego formal.

Durante a década de 90 a RMSP foi palco de um intenso movimento de destruição de empregos formais, sobretudo os da indústria de transformação. Apesar de segmentos como comércio e serviços terem sido criadores líquidos de emprego, o saldo final da região foi de perda de cerca de 700 mil postos de trabalhos formais entre 1989 e 1999.

A dinâmica do emprego, assim como a do VA, revelou uma tendência de diminuição da parcela relativa da indústria e um aumento dos segmentos de comércio e serviços. Enquanto a participação do setor industrial recuou 14 pontos percentuais entre 1989 e 1999, passando de 34% para 20% do total, o setor de serviços tornou-se o maior absorvedor de mão-de-obra da região, ampliando sua participação de 29% para 39% (ver tabela 2). Elevaram também seu peso na composição do emprego formal o setor de comércio e a administração pública.

As tendências verificadas para a composição do VA se manifestam no mercado de trabalho com maior intensidade. Dentre os maiores perdedores líquidos de emprego formal está a cidade de São Paulo que também reduz sua participação na estrutura da força de trabalho.

No que diz respeito à indústria de transformação, ocorreu uma significativa redução da participação da capital na estrutura de ocupações da RMSP. Neste caso, é importante notar que a maior parte da perda verificada pelo município de São Paulo foi compensada pelo aumento da parcela relativa do conjunto de municípios fora do eixo motor de São Paulo, isto é, excluindo-se o ABC e o município de Guarulhos (ver gráfico 4).

TABELA 2

Composição do emprego da RMSP segundo setores de atividade IBGE

Setor	Em porcentagem		
	1989	1994	1999
Extrativa mineral	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	34,2	26,8	20,4
Serviços industriais de utilidade pública	0,8	1,3	1,1
Construção civil	4,9	5,0	4,1
Comércio	11,5	12,4	14,5
Serviços	29,3	30,3	39,0
Administração pública	16,2	20,4	20,5
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,2	0,3	0,3
Outros/ignorado	2,8	3,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: CD-ROM RAIS vários anos

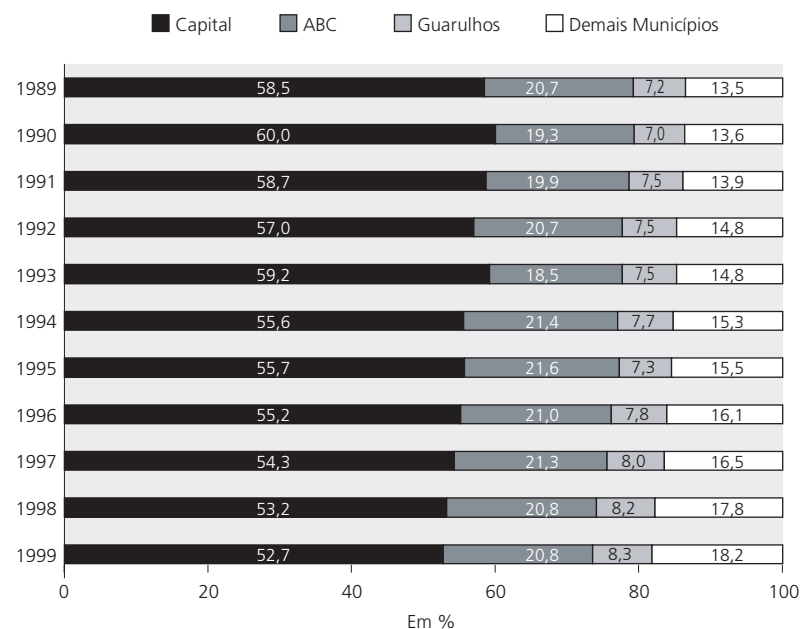
Tanto a área do Grande ABC quanto Guarulhos ficam praticamente estagnadas em termos de emprego industrial. A despeito de terem verificado fortes reduções de emprego em termos absolutos neste setor, a diminuição mais que proporcional do número de ocupações industriais na capital fez com que suas participações tivessem uma pequena elevação.

Existe um efeito composição na redução do emprego que é mais pronunciado na capital que nos demais municípios. De um lado, há a extinção de postos de trabalho associada à mortalidade das empresas. O estoque de emprego cai simplesmente porque os estabelecimentos industriais deixaram de existir. Neste caso, os trabalhadores podem ter sido deslocados para outro setor ou engrossado as

fileiras do desemprego. De outro lado, existe a redução das ocupações associada à busca de maior competitividade, fenômeno que pode ser captado pela razão entre o número de empregados e o número de estabelecimentos existentes. Na capital o efeito da mortalidade de empresas foi bastante significativo. O número de estabelecimentos industriais diminuiu 13,3% entre 1989 e 1999. Já no ABC e em Guarulhos, para o mesmo período, o aumento foi de 13,4% e 18,4% respectivamente (ver tabela 3).

GRÁFICO 4

Participação no total de empregos da indústria de transformação da RMSP por grupo de municípios



Fonte: CD RAIS/MTE vários anos

TABELA 3

Efeito composição da variação do emprego da indústria de transformação em São Paulo

Municípios Selecionados	Empregados (%)		Número de Estabelecimentos (%)		Razão Emprego/Estabelecimentos		
	1994/1989	1999/1994	1994/1989	1999/1994	1989	1994	1999
Capital	-7,5	-11,4	-4,7	-8,6	124,5	120,9	117,3
ABC	-14,5	-7,0	7,3	6,1	144,5	115,1	100,9
Guarulhos	-6,8	-3,7	16,8	1,6	133,8	106,8	101,2
Demais municípios	6,3	18,1	20,0	16,3	143,7	127,4	129,3
RMSP	-6,9	-7,2	-0,4	-3,8	128,7	120,3	116,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CD ROM da RAIS

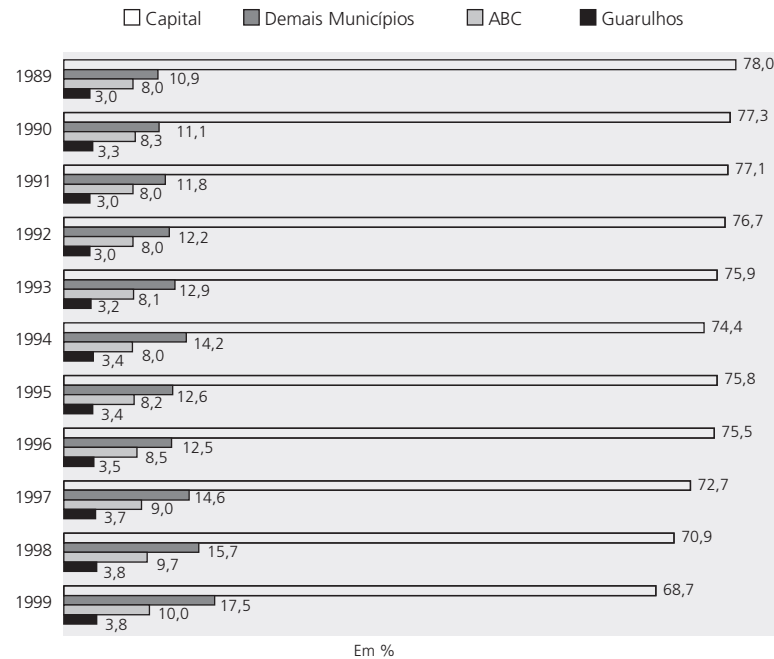
Os dados da tabela 3 sugerem que as transformações no estoque de emprego na RMSP assumiram formas distintas. No ABC e em Guarulhos, as alterações no volume de emprego fizeram parte de um intenso ajuste produtivo em direção ao novo paradigma de produtividade e competitividade pós-abertura. Na capital, parece que o ajuste foi muito mais intenso em seu caráter recessivo do que sob o aspecto da adequação às novas condições de concorrência. Os demais municípios da região foram os grandes beneficiários deste processo, pois alcançaram maior produtividade com aumento do estoque de postos de trabalho.

Os segmentos de serviços e comércio apresentaram tendência semelhante à verificada para a indústria. Nos serviços, a capital continua a ter um peso muito grande no total do emprego da região. Porém, ao longo da década sua participação caiu de 78% para cerca de 69% (ver gráfico 5). Essa

redução foi praticamente compensada pelo aumento do peso dos demais municípios da região. O grande ABC e o município de Guarulhos obtiveram incrementos marginais em suas parcelas⁶.

GRÁFICO 5

Participação no total de empregos do setor de serviços da RMSP, segundo grupos de municípios



Fonte: CD RAIS/MTE vários anos

6. No comércio, cujo gráfico não é apresentado neste texto, a queda da participação da capital foi menos intensa do que na indústria e nos serviços, porém foi acompanhada de uma pequena redução da região do ABC. Já Guarulhos e as demais cidades da RMSP tiveram seu peso aumentado no volume total de emprego do setor.

É interessante notar que as transformações na estrutura do emprego formal seguem, em linhas gerais, as principais tendências observadas nas informações sobre o VA fiscal, demonstrando, em geral, a perda relativa de importância da capital em favor dos demais municípios fora do tradicional eixo de dinamismo da região (São Paulo, Guarulhos e ABC).

3.3 - O dinamismo da RMSP: o perfil dos investimentos na década de 90

A análise das modificações na composição do VA e do emprego não é suficiente para a compreensão da trajetória de uma região. Isto porque tais alterações podem captar de forma mais intensa as flutuações do ciclo econômico e menos a tendência de médio e longo prazo do espaço econômico sob escrutínio.

Para que se possa fazer uma avaliação prospectiva da economia é preciso que se observe o comportamento dos investimentos. Sua análise, entretanto, não pode ser feita simplesmente abstraído o fato de que entre a decisão de investir, o processo de implementação e a completa maturação decorre um longo período de tempo⁷. Além disso, os diversos ramos de atividade possuem tempos distintos de implementação e efetivação do investimento, o que faz com que a análise mecânica dos dados possa conduzir a avaliações equivocadas quanto aos seus efeitos no presente e no futuro. Adicionalmente, os impactos em termos de emprego e VA que a decisão de investir possa ter em cada momento do tempo dependem do grau de complementaridade entre capital e trabalho do novo equipamento, bem como da maior ou menor capacidade que as firmas de determinado setor têm para estabelecer margens de lucro e preços. Por estes motivos, a reflexão que se segue tem o intuito apenas de sugerir algumas relações e apontar possíveis desdobramentos.

Dados desagregados sobre investimentos são bastante precários no Brasil. No âmbito regional não existem informações sobre investimentos realizados nem em valores absolutos, tampouco como

7. Para uma discussão mais detalhada sobre este ponto ver Possas e Baltar (1981).

proporção do PIB. A fim de cobrir esta lacuna duas fontes de informação serão utilizadas. A primeira refere-se aos desembolsos realizados pelos BNDES. A segunda diz respeito ao volume de investimentos anunciados nos principais meios de imprensa da RMSP, coletados, organizados e divulgados pela Fundação SEADE.

O primeiro fato que chama a atenção diz respeito à parcela de investimentos destinados ao Estado que é apropriada pela RMSP. Tanto as informações do BNDES quanto aquelas divulgadas pela Fundação SEADE revelam o elevado dinamismo da região em termos de investimentos. Do total desembolsado pelo BNDES durante a década de 90, a RMSP apropriou-se de cerca de 26%, em média, dos recursos para o Estado. Entre 1990 e 2000, é fácil perceber a existência de dois momentos bastante distintos. O primeiro, até 1994, mostra uma participação bastante tímida da RMSP (15%), inferior a média da década. O segundo, a partir de 1995, revela uma mudança de patamar para taxas superiores a 30% em média.

Estes dados revelam que a região sofreu bastante no início dos anos 90, sobretudo nos três primeiros anos da década. A forte recessão em 1990 e o período de estagnação entre 1991 e 1992 diminuíram a atratividade da região para novos investimentos. Associada às políticas monetárias desastrosas da administração Collor, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), ao reduzir de forma abrupta as tarifas de importação, reduziu a rentabilidade dos investimentos industriais, que na época representavam a maior parte do volume de recursos.

Não obstante, e a despeito dos descabros da política econômica, é possível afirmar que a RMSP foi bastante dinâmica em termos de investimentos. Tal fato não contradiz de forma alguma o que foi dito até o momento. Isto porque a perda de importância relativa da região no Estado foi mais acentuada no início do que no final da década, assim como o perfil dos investimentos foi diferente nos dois subperíodos analisados.

Os dados da Fundação SEADE para os anúncios de investimentos na região fazem coro com os de desembolsos do BNDES. A RMSP foi, entre 1995 e 2000, a área que recebeu a maior parcela de investimentos do Estado. Não é possível fazer uma análise em termos de tendência, pois, entre 1995

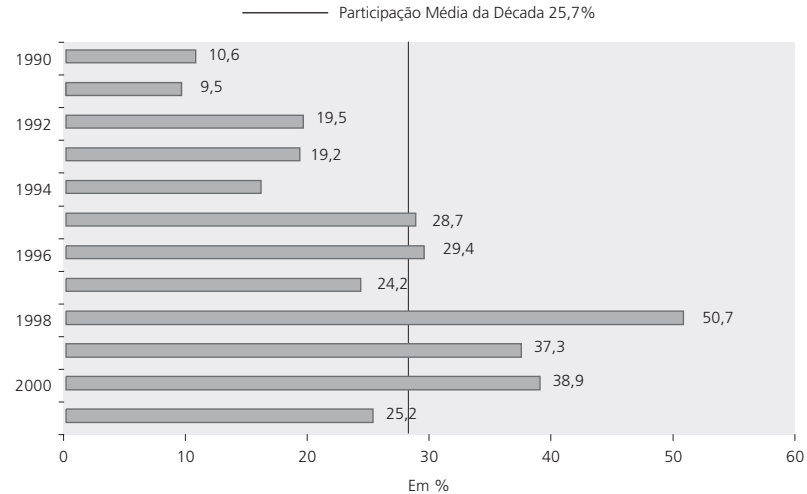
e 1998, só existem dados agrupados. De qualquer forma, a magnitude da parcela apropriada pela RMSP e o fato de não existir nenhuma outra área que sozinha a supere parecem sugerir que este espaço econômico tem sido percebido como lócus privilegiado para a manutenção e a instalação de atividades produtivas.

Duas questões emergem necessariamente destas evidências: 1) quais os setores de atividade que mais receberam investimentos; 2) quais os municípios da região mais atrativos no período.

No primeiro caso as informações fornecidas pelo BNDES revelam que a indústria de transformação apresentou uma tendência declinante no que tange a captação de recursos desta instituição. Enquanto no início da década os investimentos industriais representavam cerca de 90% da

GRÁFICO 6

Participação dos desembolsos do BNDES para a RMSP no total destinado ao Estado de São Paulo

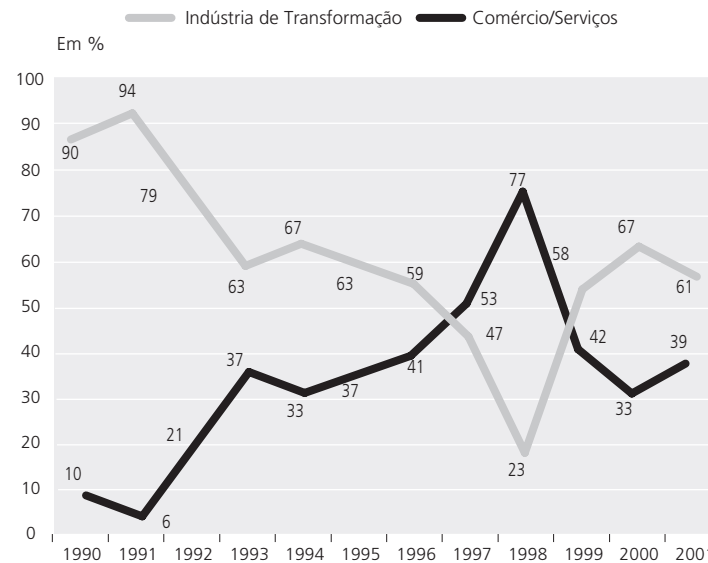


Fonte: BNDES

carteira do banco, em 1998, essa participação havia se reduzido para 23%. Este resultado foi revertido em 1999, após a desvalorização cambial, e, em 2000, o peso do setor no total de desembolsos do BNDES alcançou 67% (ver gráfico 7).

Segundo os dados da Fundação SEADE, a indústria de transformação permaneceu como grande setor investidor da região. No entanto, dois outros setores merecem destaque. O primeiro é o ramo de “atividades imobiliárias e serviços às empresas” (ver tabela 4). Verificam-se sob este signo desde atividades de venda e locação de imóveis até empresas de marketing, publicidade, consultorias financeiras, jurídicas e de informática. Como se afirmou anteriormente estas atividades, com um

GRÁFICO 7
Participação dos setores de atividade no total de desembolsos do BNDES para a RMSP



Fonte: BNDES

volume significativo de investimentos durante os anos 90, têm tido papel importante na absorção da força de trabalho egressa da indústria.

No mesmo sentido cabe ressaltar a elevada participação do segmento denominado de “transporte, armazenagem e comunicações”. Neste segmento, encontram-se desde empresas de transporte e agências de viagens até as de telecomunicações. Estas atividades têm crescido muito, sobretudo após a privatização do sistema Telebrás em 1998 (ver tabela 4).

TABELA 4

Participação no volume anunciado de investimento acumulado na RMSP por seção CNAE (1995-2001)

Seção CNAE	Em porcentagem				
	1995-1998	1999	2000	2001	1995-2001
Indústrias de transformação	45,8	40,7	40,5	10,9	36,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas	17,3	33,2	21,9	18,0	21,6
Transporte, armazenagem e comunicações	16,3	3,1	7,8	53,9	20,2
Comércio atacadista e varejista	10,5	3,0	7,4	1,3	6,5
Alojamento e alimentação	3,8	5,8	10,4	2,7	4,8
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,2	4,3	1,6	3,7	2,5
Outras atividades de serv. coletivos, sociais e pessoais	3,4	2,3	0,8	1,7	2,4
Intermediação financeira	0,0	2,9	6,9	0,2	1,6
Construção	0,1	0,9	0,0	5,8	1,5
Saúde e serviços sociais	0,5	2,3	2,1	0,4	1,1
Ensino	0,9	0,2	0,6	1,5	0,8
Indústrias extrativas	0,0	1,4	0,0	0,0	0,3
Outros	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2
Total Global	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundação SEADE.

Uma análise dos dados da SEADE, organizados de forma mais desagregada, permite estabelecer uma classificação para o grau de dinamismo dos ramos de atividade de acordo com o volume de investimentos.

Apesar de a indústria de transformação como um todo ter contribuído com a maior parcela dos anúncios de investimentos, quando desagregamos as seções CNAE por divisões podemos perceber que dentre os segmentos mais dinâmicos encontram-se as atividades imobiliárias, de transporte aéreo e terrestre, o ramo de telecomunicações, o comércio varejista, os setores de alojamento e alimentação e de atividades recreativas, culturais e desportivas. Com alto grau de dinamismo, encontram-se poucos ramos isolados da indústria de transformação como os de fabricação e montagem de veículos automotores, de produtos químicos, assim como os de fabricação de material eletrônico, de aparelhos e equipamentos de comunicação e o ramo de produtos de papel.

Os investimentos na RMSP estiveram fortemente concentrados nos segmentos acima descritos. De um total de 60 divisões CNAE, 20% responderam por cerca de 82% do volume acumulado no período. Este elevado grau de concentração também pode ser observado quando se avalia a contribuição individual das empresas para o volume total investido.

Os dados da Fundação SEADE e do BNDES não podem ser comparados diretamente. Porém, a apreciação de ambos parece suportar os movimentos recentes em termos de valor agregado e emprego, sobretudo se levarmos em conta as defasagens temporais na consecução do investimento, as diferenças entre o seu anúncio e a respectiva entrada em vigor, assim como as distintas razões capital/produto e a complementaridade entre trabalho e capital.

A outra questão relevante acerca dos investimentos na RMSP é identificar quais municípios têm recebido maiores inversões. Neste caso, é importante notar que a capital continuou sendo um grande absorvedor de recursos: no acumulado 1995-2001, cerca de 58% dos investimentos anunciados para a RMSP têm como destino a capital (ver tabela 5). Ademais, a participação da região do ABC permanece bastante elevada.

TABELA 5

Participação no total de investimentos da RMSP, segundo municípios selecionados

Regiões selecionadas selecionadas	Em porcentagem				
	1995-1998	1999	2000	2001	Acumulado 1995-2001
Capital	52,9	56,9	54,8	73,0	58,3
ABC	29,1	31,2	31,9	6,8	25,2
Guarulhos	4,3	2,8	1,2	10,5	4,9
Demais Municípios	13,6	9,1	12,1	9,7	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundação SEADE.

TABELA 6

Participação no volume anunciado de investimento acumulado no município de São Paulo por seção CNAE (1995-2001)

Seção CNAE	Em porcentagem Participação
Transporte, armazenagem e comunicações	31,80
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas	31,60
Indústria de transformação	14,30
Alojamento e alimentação	7,20
Comércio atacadista e varejista	6,20
Outras atividades de serv. coletivos, sociais e pessoais	2,60
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,80
Saúde e serviços sociais	1,80
Intermediação financeira	1,40
Construção	0,70
Ensino	0,60
Outros	0,00
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Fundação SEADE.

Os dados sobre investimentos anunciados para o município de São Paulo, entre 1995 e 2001, mostram que os segmentos de serviços devem ter recebido a maior parcela dos investimentos no período, com destaque para “transporte, armazenagem e comunicações” com 31,8% e “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas” com 31,6%. A “indústria de transformação” recebeu apenas 14,3%, enquanto “alojamento e alimentação” e “comércio atacadista e varejista” receberam 7,2% e 6,2%, respectivamente (ver tabela 6).

O elevado peso dos segmentos de serviços no volume acumulado de investimentos na capital vem corroborar as informações a respeito do aumento da participação deste setor no VA. Após a estabilização, a reestruturação da indústria e o choque de preços a favor do setor contribuíram para o aumento da rentabilidade dos investimentos em serviços.

4. DA DINÂMICA REGIONAL À TRAJETÓRIA INTRA-URBANA: O CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A articulação de fenômenos que se manifestam no plano macro-regional a fenômenos que têm como locus de ocorrência o âmbito intra-urbano está longe de ser trivial. Não obstante, é possível especular sobre a dinâmica intra-urbana, mais especificamente aquela concernente ao centro da cidade de São Paulo, a partir da discussão feita nas páginas precedentes. Os fenômenos verificados na RMSP, embora condicionados por parâmetros macroeconômicos, somente se constituem como tais devido ao conjunto de situações que se verifica no nível intra-urbano. É este conjunto de situações concretas no interior das cidades que permite a visibilidade no nível mais agregado da região. É possível, portanto, mudar de plano e observar situações que ocorrem nas cidades, compreendendo-as como condicionadas por dinâmicas mais abrangentes e condicionantes dos resultados agregados.

No que se refere à cidade de São Paulo e mais especificamente à sua área central⁸, cabe notar que os constrangimentos pelos quais a indústria de transformação esteve exposta, assim como o

8. A área identificada como região central da cidade de São Paulo corresponde ao conjunto de dez distritos: Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista, República e Sé.

conjunto de incentivos aos segmentos de serviços, foram mais pronunciados quanto mais dependentes eram as atividades em questão das condições e das interações com o espaço intra-urbano. Neste caso, não é de surpreender que dentre os setores que mais perderam participação no centro da cidade no último decênio estivessem a indústria de transformação e a construção civil. Por sua vez, os resultados apresentados por Comin *et al* (2002) parecem robustos ao apontar o crescimento de atividades essencialmente relacionadas à prestação de serviços às empresas, como consultorias, atividades de informática, entre outras.

A atividade econômica da região central foi muito afetada pelas oscilações econômicas da década. Entre 1992 e 2000, segundo dados do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores, o centro perdeu 108.572 empregos formais. Esta tendência também pôde ser verificada nos distritos Sé e República, onde houve reduções de 22.996 e de 10.768 postos de trabalho, respectivamente (ver tabela 7). No distrito Sé, a situação foi bastante grave, uma vez que representou uma perda líquida de ocupações da ordem de 22%. Como a redução do emprego em termos absolutos para o centro como um todo foi de aproximadamente 13%, tais fatos representaram uma redução da participação da Sé de 12,4% em 1992 para 11,1% em 2000. Outros distritos também foram duramente castigados em termos de emprego durante os anos 90. Tais são os casos da Bela Vista e do Pari que tiveram queda no volume de postos de trabalho da ordem de 25% e 16%, respectivamente. Como consequência, suas participações no total de ocupações caíram de cerca de 31% para 26% no primeiro caso e de 15% para a 14% no segundo.

No que tange aos demais distritos, ainda que alguns tenham apresentado reduções de emprego em termos absolutos (como nos casos da República e da Consolação), suas parcelas relativas no total do emprego do centro aumentaram, posto que suas taxas de crescimento/decrescimento do emprego foram superiores às do centro como um todo.

A composição do emprego formal da região tem sido, historicamente, muito concentrada nas ocupações relacionadas à administração pública. Em 1992, o setor público composto por “administração, defesa e seguridade social” representava cerca de 41% das ocupações (ver tabela 8). Os ramos de

“atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas” em conjunto com a “indústria de transformação”, o “comércio atacadista e varejista”, o setor financeiro e a construção civil perfaziam mais de 41% dos postos de trabalho (ver tabela 8).

Ao longo da década, ainda que estes setores permanecessem com as mais elevadas parcelas, importantes modificações ocorreram na estrutura de emprego. A administração pública, a construção civil, a indústria de transformação e o setor financeiro apresentaram perdas líquidas de emprego. Alternativamente, as “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas”, o “comércio atacadista e varejista”, e os setores de “transporte, armazenagem e comunicações” e de “atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais” incrementaram sua participação na estrutura do emprego formal.

Estes fatos parecem confirmar a existência de uma inter-relação entre os fenômenos concernentes à dinâmica da RMSP e do município e o que vem ocorrendo no interior deste. Com

TABELA 7
Evolução do emprego formal¹ na região central da cidade de São Paulo por distritos

Divisão CNAE	Em porcentagem				
	1992	1995	1996	1998	2000
Santa Cecília	28.799	28.834	28.143	28.644	35.732
Bela Vista	256.469	208.668	201.904	178.552	191.443
Bom Retiro	38.161	40.851	43.047	38.213	41.363
Cambuci	22.961	26.946	25.672	27.826	26.396
Consolação	62.205	64.296	68.051	57.051	58.865
Liberdade	17.061	18.219	18.481	17.043	17.204
Pari	125.418	105.956	110.811	108.965	104.698
Brás	34.234	38.551	38.726	33.916	34.797
República	143.422	125.137	128.103	140.948	132.654
Sé	103.338	97.855	96.878	84.026	80.342
Total	832.068	755.314	759.815	715.182	723.496

Fonte: Cebrap, a partir dos dados do CEE de março de 2002.

exceção da administração pública, que aumentou sua participação no volume de ocupações no município e na RMSP, os demais setores apresentaram o mesmo movimento anteriormente descrito, isto é, crescimento dos serviços e do comércio e diminuição da participação da indústria.

TABELA 8

Evolução do emprego formal na região central da cidade de São Paulo por seção CNAE

Seção CNAE	Em porcentagem				
	1992	1995	1996	1998	2000
Administração pública, defesa e seguridade social	41,1	35,5	35,2	38,3	36,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços às empresas	10,1	12,2	13,0	12,9	13,1
Comércio atacadista e varejista	9,3	11,2	11,2	11,4	12,2
Indústrias de transformação	10,0	10,5	10,2	8,6	8,7
Intermediação financeira	7,3	7,0	7,4	6,8	7,2
Transporte, armazenagem e comunicações	3,4	3,1	3,6	3,4	5,1
Saúde e serviços sociais	4,4	5,4	5,3	4,5	4,5
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	3,2	4,2	4,1	4,6	4,4
Alojamento e alimentação	2,7	3,4	3,3	3,4	3,3
Construção	4,9	4,0	3,4	3,1	2,9
Ensino	2,0	2,2	2,3	2,1	2,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,3	1,0	0,8	0,8	0,5
Outros	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cebrap, a partir dos dados do CEE de março de 2002.

Quando os dados são analisados de forma desagregada, segundo ramos de atividade, no segmento de serviços se destacam os serviços às empresas, do setor financeiro, do segmento de saúde e serviços sociais, das atividades imobiliárias e de alojamento e alimentação, das atividades associativas, de correio e telecomunicações e de ensino. No que tange ao comércio, cabe destacar a elevada participação tanto do comércio varejista como atacadista. Na indústria, o segmento mais importante refere-se ao conjunto de empresas articuladas em torno da produção de têxteis, vestuário e calçados.

A elevada expressividade da administração pública na estrutura de ocupações do centro, se deve à sua elevada participação nos distritos da Bela Vista, Pari e República (superior a 40%), justamente aqueles que em conjunto representam quase 60% do emprego total do centro da cidade.

É importante ressaltar que os distritos que compõem a área central apresentam estruturas de postos de trabalho distintas. É possível classificá-los em três grupos, segundo suas características no que concerne à composição das ocupações (ver tabela 9). Há claramente um grupo de distritos dominado pelo emprego público, onde a sobrevivência da região depende fundamentalmente da existência das atividades relacionadas aos órgãos municipais, estaduais e federais da administração. Este é o caso de Bela Vista, Pari e República. Além da administração pública, os segmentos de “atividades imobiliárias e serviços às empresas” também possuem intensa participação na composição das atividades econômicas. O que se supõe aqui é a existência de uma articulação entre o poder público os demais serviços afins.

Em outro pólo há um grupo formado por Bom Retiro, Cambuci e Brás, em que a atividade motora da região é a “indústria de transformação”. Brás e Bom Retiro se notabilizam pela maciça presença do complexo têxtil e de vestuário, sobretudo no que tange a confecções. No entanto, há que se notar uma pequena, mas importante participação do segmento de “edição, impressão e gráfica”, ainda que esta seja declinante nos últimos anos. Por outro lado, o Cambuci apresenta uma estrutura industrial bastante diversificada, onde a participação de cada divisão CNAE é bastante pequena. Porém, chamam a atenção as presenças, em ambos os casos com mais de 5%, os segmentos de “fabricação de produtos químicos” e de “edição, impressão e gráfica”. No primeiro caso houve um aumento de participação entre 1992 e 2000, enquanto no segundo o movimento foi inverso.

TABELA 9
Mudança na composição (%) do emprego por distritos, segundo seção CNAE

Em porcentagem

Seção CNAE	Grupo 1						Grupo 2						Grupo 3							
	Bela Vista		Pari		República		Bom Retiro		Brás		Cambuci		Sé		Santa Cecília		Conso-lação		Liber-dade	
	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000	1992	2000
Administração pública, defesa e seguridade social	68,6	56	77,3	84,3	46,1	44,9	0,9	0,2	0,1	0,1	0,3	2,5	6,1	8,9	0	0,9	1,8	1,6	0	0,1
Agricultura, pec., silvicultura e exploração florestal	0	0	0	0	0,2	0,3	0	0	0	0	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0	0,1
Alojamento e alimentação	1,2	2,2	0,3	0,5	5,7	4,7	1,7	2,2	1,9	2,2	3,4	2,8	3,5	4,4	3,9	4,2	4,9	6,8	3,6	4,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serv. às empresas	7,3	10,5	0,7	1,9	13,4	16,9	14,7	5,9	8,6	5,4	6,6	10,7	10,2	16,8	18,1	21,7	24,1	29,7	22,8	21,6
Comércio atacadista e varejista	2	3,9	3	4,2	10,1	12,2	14,1	16	28,1	33,2	17,8	17,1	17,8	21,1	22,9	21,7	9,6	13,6	10,9	13,5
Construção	5,4	1	0,1	0,1	2,8	1,4	2	3,6	1,1	1,9	1,6	2,9	13,6	8,9	7,7	4,7	7,2	6,4	4,5	6,2
Ensino	0,9	1,3	0,3	0,4	0,2	0,5	3,1	1,8	1	1	4,8	2,1	1,4	1,2	4,5	3,4	9,9	8,5	15,1	14,2
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0
Indústria de transformação	2,1	1,3	6,3	5,6	7,4	4,6	47,8	41,7	49,1	40,8	42,6	27,8	3,5	2,9	18,4	11	2,6	2,6	10,2	9,2
Indústria extrativa	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1	0,5	0	0	0	0	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0,1
Intermediação financeira	4,3	6,7	0,3	0,2	6,7	7,3	2,2	1,6	3,1	1,7	4,2	1,6	31,2	24,7	4,7	13,6	5,2	4,5	1,9	4,1
Organismos intern. e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	2,4	0,6	0,7	2,9	3,2	9,8	8,1	1,5	5,1	4,5	21,4	3,3	3,6	8	9,1	4,5	5,7	13,1	10,6
Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0	0	0	0	0,1	0,1	1,2	0,2	0	0	1,7	0,9	2,1	0,2	0	0	10,8	1,7	0	0
Residências particulares com empregados domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde e serviços sociais	5,3	6,3	0,7	0,2	1,2	0,4	0,4	0,4	0,4	5,5	9,6	6,2	6,2	5,6	6,1	5,9	13,2	13,8	16,5	13,8
Transporte, armazenagem e comunicações	0,8	8,2	10,2	1,8	3,1	3,5	2	18,2	3,9	2,7	2,8	3,9	1	1,5	5,5	3,5	6	5	1,2	1,9
Total Global	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores (MTE)

Por fim, num terceiro grupo, se destaca a participação do “comércio atacadista e varejista”, assim como dos serviços, sobretudo aqueles relacionados às “atividades imobiliárias e serviços às empresas” e de “intermediação financeira”. Esse grupo é representado por Sé, Santa Cecília e Consolação. Existe uma dificuldade em compatibilizar o distrito Liberdade a qualquer destas classificações, uma vez que sua estrutura de emprego encontra-se bastante diversificada. De qualquer modo, dado o peso das atividades de serviços em geral e de comércio nesta área, optou-se por agregá-la ao terceiro grupo.

No distrito Consolação, destacam-se a forte presença de serviços às empresas, os serviços de saúde, o comércio varejista em geral e as atividades imobiliárias. O distrito Santa Cecília é marcado pela elevada participação de serviços às empresas, intermediação financeira (exceto seguros e previdência privada) e comércio varejista.

Dos dez distritos apresentados, apenas três apresentaram crescimento significativo do emprego: Bom Retiro, Cambuci e Santa Cecília. É importante notar que foram justamente as atividades de suporte às empresas, telecomunicações e de intermediação financeira as que mais cresceram no período. Tais evidências parecem corroborar as informações de Comin *et al* (2002). Nestas áreas, todas marcadas por forte presença da indústria de transformação, este setor cedeu espaço para o surgimento de atividades de serviços articuladas às industriais, num típico processo de deslocamento de mão-de-obra da indústria para os serviços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto pretendeu apresentar algumas informações sobre a evolução econômica da RMSP, procurando dialogar com a literatura recente sobre desenvolvimento regional, mais precisamente aquela em torno do debate da chamada desconcentração industrial de São Paulo. Ademais, procurou-se de forma breve analisar a articulação entre os movimentos no nível macro-regional e a dinâmica intra-urbana.

Ao longo deste percurso, foi possível constatar que a área metropolitana tem sofrido uma diminuição de seu peso relativo. Este fenômeno é mais pronunciado na indústria de transformação.

Além disso, no centro deste processo, está a perda de participação da capital. Tal fato, à primeira vista, poderia sugerir que está em curso um processo de esvaziamento da área em foco. Todavia, esta impressão se modifica na medida em que alguns fatores são levados em consideração. O primeiro deles diz respeito à maneira pela qual o movimento geral da economia brasileira repercutiu sobre a trajetória da região como um todo e sobre os municípios que a constituem. Sob este ponto de vista, as diversas tentativas de controle inflacionário no início da década associadas às pressões competitivas derivadas da abertura comercial colocaram a indústria paulista sob forte pressão entre 1990 e 1994. Após a estabilização, se a queda da inflação reabilitou as possibilidades de cálculo econômico, as elevadas taxas de juros reais e o aumento da exposição da indústria doméstica à concorrência externa eivaram a maior participação de mercado dos atores nacionais.

A maneira pela qual se deu o processo de estabilização brasileiro redundou em uma alteração no sistema de preços relativos a favor das atividades *non-tradables*, fato que elevou a rentabilidade das atividades de serviços. Associado a isto, a reestruturação produtiva da indústria e as oportunidades de negócios proporcionadas pela nova regulamentação do mercado de serviços abriram novos canais de aplicação de recursos nas atividades de suporte e assessoramento de empresas.

Não obstante, as áreas que emergem como preferenciais para investimentos e cujas expectativas quanto à realização das receitas esperadas apresentam maior grau de confiança são justamente aquelas cujo processo produtivo está intimamente associado às economias de urbanização. A existência de redes de conhecimentos e a oferta de mão de obra qualificada para os segmentos mais modernos da indústria e de serviços credenciam a RMSP como lócus privilegiado para a realização de inversões rentáveis, sobretudo em ramos dependentes de conhecimento.

Estes acontecimentos também se verificam na região central da cidade, onde as economias de urbanização têm um papel-chave na compreensão da dinâmica econômica. Neste caso, os processos que condicionaram a evolução da RMSP foram reforçados por deseconomias de aglomeração no centro, no caso da indústria de transformação, e por economia de aglomeração, no caso dos serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO e CAMARGO. "Mercado de Trabalho e Dança Distributiva: desencontros". In: Camargo, J.M. e Giambiagi, F. (orgs.). *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2000
- AZZONI, C. R. *Indústria e Reversão da Polarização no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- BAER, M. "Sistema Financeiro Internacional. Oportunidades e Restrições ao Financiamento do Desenvolvimento". *Novos Estudos do Cebrap*, São Paulo, nº. 42, p.99-112, jul. 1995.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. "O Plano Real à Luz da Experiência Mexicana e Argentina". *Estudos Avançados*, São Paulo, nº. 28. 1996.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. Hucitec. 1999.
- BIELSCHOWSKY, R. A. e STUMPO, G. "Empresas Transnacionales y Cambios Estructurales en la Industria de Argentina, Brasil, Chile y México". *Revista de la CEPAL*, Chile, v. 55, p.139-164, abr. 1995.
- CEE. Cadastro de Estabelecimentos Empregadores. MTE, março de 2002.
- CARVALHO, F.C. *et al. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática*. Ed. Campus. 2000.
- DINIZ, C. C. A "Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização". *Nova Economia* v.3, nº. 1. Belo Horizonte, 1993.
- _____ "Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas". IPEA. Texto para Discussão nº 375, junho de 1995.
- _____ "A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil". IPEA. Texto para Discussão nº 159, 2001.
- ERBER, F. S. "A Política Industrial: Paradigmas Teóricos e Modernidade". In: TAVARES, M. C. (Org.), *Aquarela do Brasil*. Ed. Rio Fundo. 1990.
- FEIJÓ, C. A. "Decisões Empresariais em uma Economia Monetária de Produção". In: LIMA, G.T., SICSÚ, J., PAULA, L.F. (Orgs.). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- FERRAZ, J.C. *et al.* "Incerteza, Adaptação e Mudança: a indústria Brasileira entre 1992 e 1998". *Boletim de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999.

_____ "Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira". In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FUNDAÇÃO SEADE. www.seade.gov.br

GONÇALVES, R. "Globalização Financeira, Liberalização Cambial e Vulnerabilidade Externa da Economia". In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

HADDAD, P.R. *et al. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. BNB, Fortaleza, 1986.

KUPFER, D. "Trajetórias de Reestruturação da Indústria Brasileira após a Abertura e a Estabilização". Tese (doutorado em economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998.

MÉIER, R. M. P. *et al.* "São Paulo MetrÓpole Terciária, entre a Modernização Pós-Industrial e a Herança Social e Territorial da Industrialização". CEBRAP. Dezembro de 1997.

MOREIRA, M. M. e CORREA, P. G. "Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo". *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 17, nº 2 (66), abr/jun. 1997.

NEGRI, B. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Ed. UNICAMP. Campinas, 1996.

PACHECO, C. A. *A Fragmentação da Nação*. Campinas, UNICAMP. 1998.

_____ "Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial". IPEA. Texto para discussão nº 663, março de 1999.

POSSAS, M. L. e BALTAR, P. E. A. "Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, n.º 11 (1). p. 107-160, Abr. 1981.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) – MTE, CD vários anos.

TINOCO, A.C. "Integração ou Fragmentação? O Impasse gerado pelo Fetichismo da Desconcentração". *Espaço & Debates*, nº 41, 2001.

_____ "Das Economias de Aglomeração às Externalidades Dinâmicas de Conhecimentos: por uma releitura de São Paulo". II Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos, 2002.